

EDITORIAL

A POLITEIA – Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna tem sido uma das fontes de transmissão do pensamento científico sobre as ciências policiais. Este pensamento tem como base estudos individuais ou coletivos. São doze anos de investigação e de publicações de autores nacionais e estrangeiros que enriquecem o nosso saber e as nossas investigações científicas.

Este Volume, o número 3 da trilogia de Estudos Comemorativos dos 30 Anos do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e dos 10 anos da POLITEIA, tem como base as conferências proferidas no seminário internacional sobre **Direitos Fundamentais e Atividade Policial**, que decorreu nos dias 3 e 4 de dezembro de 2015, no Instituto. Neste Seminário internacional, foram apresentados alguns dos estudos desenvolvidos no âmbito do **Projeto DAP – Direito e Atividade Policial**, dirigido pelo Signatário, assim como outros estudos que têm como base investigação produzida no ICPOL-Centro de I&D do ISCPSI por professores e investigadores estrangeiros. O **Projeto DAP – Direito e Atividade Policial** produziu várias dissertações do *ciclo de estudos integrado de mestrado em ciências policiais*, que tratam da atividade policial numa perspetiva jurídica – civil, administrativa e penal material e processual, sob um olhar constitucional democrático –, que se encontram disponíveis na biblioteca do ISCPSI.

Os textos, que ora se publicam, integram e representam algumas das intervenções produzidas no seminário internacional sob um fundamento humanista e de respeito integral pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais pessoais.

Do Brasil, GILSON DIANA, Professor da ESP-ANP-PF, apresenta-nos um estudo centrado na questão da tutela jurisdicional do *preso* [detido], cuja discussão jurídico-criminal-constitucional tem sido acesa, factibilidade que Portugal já resolvera com o seu Código de Processo Penal de 1987 com o designado primeiro interrogatório de arguido detido. O autor centraliza a questão sob um olhar constitucional e repõe a questão entre

o poder de punir do Estado e a tutela efetiva dos direitos fundamentais pessoais de cada ser humano.

De Espanha, Adán Carrizo, Professor da Universidade de Salamanca e Investigador do ICPOL-Centro de I&D do ISCPSI, apresenta-nos um artigo sobre a defesa e garantia dos direitos e liberdades fundamentais e atividade policial em Espanha, em especial num momento histórico em que estão em conflito a liberdade de cada uma e a segurança de todos, que se vê a abraços com o crescente fenómeno do terrorismo internacional operacionalizado pelo autoproclamado estado Islâmico. A eficácia tem limites que não podem ser ultrapassados sob pena de destruímos tudo o que foi construído sob a égide das Constituições democráticas.

Os Autores portugueses, em especial FÁBIO CAMELO, JOÃO SIMÕES e JOEL ARAÚJO, que elaboraram dissertações de mestrado no âmbito do Projeto DAP – Direito e Atividade Policial, apresentam uma revisão desses estudos desenvolvidos nos anos anteriores. Os estudos têm em comum uma linha de pensamento: a ciência sobrepõe-se à força musculada ou à polícia musculada. A livre apreciação da atividade administrativa da polícia tem como limites à legalidade material; a segurança privada não pode ocupar o espaço da segurança pública que é atribuição constitucional do Estado; e as medidas cautelares e de polícia no quadro criminal obedecem a princípios, a axiomas a normas e a regras constitucionais e supraconstitucionais, em especial os que fundamentam a atividade da Polícia no respeito pelos direitos, liberdades e garantias pessoais.

MARGARIDA BLASCO, Inspetora-geral da Inspeção Geral da Administração Interna, apresenta-nos um texto que reflete o que é e o que deve ser uma inspeção da atividade de segurança interna como a que dirige; apresenta, ainda, dados concretos da atividade de controlo e de prevenção da atividade de polícia em Portugal. Demonstra que, mais do que responsabilizar ou punir, à Inspeção impõe-se um papel de prevenção e de orientação da atividade de polícia, em especial por esta ser conflituante com os direitos e liberdades fundamentais pessoais.

É um volume que trata de temas do dia-a-dia da Polícia como instituição guardiã dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

O Coordenador Científico,

MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE